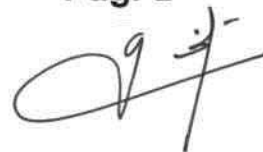


Reunião de 08 de janeiro de 2019



----- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia oito de janeiro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, no edifício dos paços do concelho e na sala de reuniões do gabinete do presidente, pelas nove horas e quinze minutos, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, e com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Manuel da Ressurreição Cordeiro, Evaristo António Neves, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Joana Filipa Vicente da Silva, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado e Virgínia Cordeiro Gomes Vieira e, comigo, António Luís Moreira, técnico superior jurista da Divisão Administrativa e Financeira, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. -----

----- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, foi deliberado proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: -----

----- **BALANCETE:** - Foi presente o balancete do pretérito dia sete de janeiro de dois mil e dezanove. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de três milhões, quinhentos e dezassete mil, quatrocentos e noventa e nove euros e dois cêntimos (€3.517.499,02). -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **VOTOS DE UM BOM ANO:** - O senhor presidente da Câmara disse esperar que tivessem tido umas boas entradas desejando ao Executivo um bom ano com saúde extensivo às respetivas famílias. -----

----- **INTERVENÇÃO DO VEREADOR MANUEL CORDEIRO:** - O senhor vereador, Manuel Cordeiro, apresentou, por escrito, o documento que a seguir se transcreve: -----

----- "SOLICITAÇÃO DE CONSULTA DE PROCESSO -----
Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro -----

Sr. Francisco Guimarães -----

A coligação TODOS POR MOGADOURO fez, ao longo deste primeiro ano do seu 2º mandato, várias perguntas às quais o Senhor Presidente não respondeu. -----

Sendo assim, de acordo com o código administrativo, pretendemos ter acesso a todo o processo que conduziu à regularização dos trabalhadores com vínculo precário da Câmara Municipal de Mogadouro, em dia, hora e local a combinar com os serviços competentes da Câmara. -----

Reunião de 08 de janeiro de 2019



A coligação TODOS POR MOGADOURO” -----

----- **CHOCALHADA EM BRUNHOSINHO E O CANTAR DOS REIS EM MOGADOURO:** - O senhor presidente da Câmara comunicou aos senhores vereadores que a festa da Chocalhada tem lugar no dia dezoito de janeiro, na aldeia de Brunhosinho e o Cantar dos Reis é no próximo dia treze, à tarde, na Casa da Cultura. -----

ORDEM DO DIA

- 1 **ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 24/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2018.** -----
- 2 **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO SOBRE A LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO REFERENTE AOS PASSEIOS DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 3 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ MOREIRA CARDOSO PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE NOVEMBRO 2018 EM CINCO PRESTAÇÕES MENSAS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 4 **OFÍCIO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZINHOSO A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS REFERENTES AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO N.º 31/18 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----
- 5 **PEDIDO DE AUGUSTO SANTOS PAULA A SOLICITAR A RESTITUIÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS PAGAS REFERENTES AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM NA RUA DOS FRADES EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** -----

----- **1. ATAS – APROVAÇÃO DA ATA N.º 24/2018 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2018:** - Foi presente a ata número vinte e quatro barra dois mil e dezoito da reunião ordinária do dia vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e dezoito, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do Executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- A senhora vereadora, Alexandra Carlota Amen de Moraes Machado, não participou na aprovação da presente ata, por não ter estado presente na referida reunião (n.º 3 do artigo 34.º, Parte II, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro). -----

Reunião de 08 de janeiro de 2019



----- 2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO SOBRE A LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO REFERENTE AOS PASSEIOS DO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente um requerimento de, Vítor Duarte Cordeiro Gomes, datado de vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, com residência na rua avenida de Salamanca, número dez, em Mogadouro, registado com o número “2018,EXP,E,GE,3439”, em que solicitou a liberação da caução referente ao recibo de pagamento número “2014/1/124”, no valor de trezentos e cinquenta euros (€350,00) efetuado em vinte e cinco de junho de dois mil e catorze em relação à execução de passeios no bairro são Sebastião, na vila de Mogadouro. -----

----- A informação do fiscal municipal, António Neto, datada de vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito, referiu que os danos causados no passeio, bem como no pavimento do arruamento junto do edifício do requerente já foram reparados. -----

----- A arquiteta, Alexandra Machado, da Unidade de Ordenamento do Território, na sua informação número mil, cento e cinquenta, datada de vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito, referiu que o fiscal municipal informou que os danos causados no passeio e no pavimento do arruamento já foram reparados e, nesta conformidade, julga estarem reunidas as condições para a liberação da caução. -----

----- A Câmara, considerando as informações supratranscritas deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente autorizando a liberação da caução destinada àquele fim na importância de trezentos e cinquenta euros (€350,00). -----

----- Impedimentos: - A senhora vereadora, Alexandra Machado, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, por se encontrar impedida, pelo facto de ter sido ela, na qualidade de arquiteta da Autarquia, a informar o presente pedido, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 31.º e al. d) do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro). -----

----- 3. DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE JOSÉ MOREIRA CARDOSO PARA PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA DO MÊS DE NOVEMBRO 2018 EM CINCO PRESTAÇÕES MENSASIS – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:

- Foi presente uma petição de, José Moreira Cardoso, datada de catorze de

Reunião de 08 de janeiro de 2019



dezembro de dois mil e dezoito, registada com o número onze mil, setecentos e dois barra dezoito, residente no sítio de Cardal do Douro, lote número quarenta e um, freguesia de Bemposta deste concelho, em que solicitou o pagamento da fatura de água referente ao mês de novembro do ano passado no valor de duzentos e quarenta e dois euros e um cêntimo (€242,01), em cinco prestações, por ter dificuldades financeiras em efetuar o pagamento da dívida numa só vez. -----

----- O chefe de Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, José Joaquim Pinto, na sua informação número quarenta e um, de três de janeiro corrente, emitiu o seguinte parecer: -----

----- “ -----

----- 1. A fatura de água em causa é referente ao mês de novembro/2018, no valor de €242,01 (duzentos e quarenta e dois euros e um cêntimo), cujo consumidor é o n.º 6021, em nome de José Moreira Cardoso. -----

----- 2. A referida fatura está em débito na Tesouraria. -----

----- 3. O artigo 12.º do Regulamento de Aplicação e Cobrança e Tabela de Tarifas e Preços Municipais, no seu n.º 1, diz-nos que: -----

----- “Sem prejuízo do disposto no número seguinte, poderá ser autorizado o pagamento das tarifas e preços em prestações iguais e sucessivas, mediante requerimento fundamentado do devedor, e quando o respetivo valor for igual ou superior a €100,00.” -----

----- No n.º 2 do mesmo artigo diz também que: -----

----- “Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o número de prestações e o valor de cada uma não poderá ser superior a 5 prestações e o valor inferior a €20,00.” -----

----- No mesmo artigo, refere ainda o n.º 5: -----

----- “A autorização do pagamento em prestações é decidida pela Câmara Municipal.” -----

----- Com base no parecer técnico em referência, o Executivo deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe autorizando-o a pagar a fatura de água relativa ao mês de novembro do ano de dois mil e dezoito na importância de duzentos e quarenta e dois euros e um cêntimo (€242,01) em cinco prestações iguais e sucessivas, conforme permitido no regulamento municipal em vigor. -----

----- **4. OFÍCIO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZINHOSO A SOLICITAR A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS REFERENTES AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO N.º 31/18 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Sobre o assunto em epígrafe

Reunião de 08 de janeiro de 2019



respeitante ao pedido do senhor presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, António Amálio Oliveira, a solicitar a isenção do pagamento de taxas e licenças municipais referente a uma construção, a levar a efeito no prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 205, sito na rua detrás da igreja naquela localidade, o Executivo deliberou, por unanimidade, informar a requerente que o pedido deverá ser apresentado aquando da entrada do referido processo de obras na Câmara Municipal. -----

----- 5. PEDIDO DE AUGUSTO SANTOS PAULA A SOLICITAR A RESTITUIÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS PAGAS REFERENTES AO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM NA RUA DOS FRADES EM MOGADOURO – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento em nome de, Augusto Santos Paula, datado de vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito, residente na rua dos Bombeiros Voluntários, número um, na vila de Mogadouro, registado com o número onze mil, cento e noventa e dois barra dezoito, em que solicitou a restituição da quantia paga de duzentos e trinta e três euros e oito cêntimos (€233,08) referente às taxas municipais do projeto de construção do armazém com cinquenta metros quadrados, a levar a efeito na rua dos frades, em Mogadouro, por entender que o Município o deve isentar de tal pagamento porque a remodelação do edifício que vai levar a efeito prende-se com os danos resultantes do alargamento da rua executado pela Câmara Municipal há cerca de vinte anos. -----

----- O técnico superior, António Luís Moreira, da Divisão Administrativa e Financeira, na sua informação, datada de dois de janeiro corrente referiu o seguinte: "Na reunião de 11 de dezembro de 2018 foi atribuída uma indemnização de 13.000 euros ao munícipe pelos prejuízos causados, montante este a processar em 75% e 25% respetivamente com o alvará e a licença de obra, não sendo referidas outras despesas com a licença de obras. O Regulamento de Taxas não prevê a isenção a particulares. A eventual isenção é da competência da Câmara. À consideração superior." ---

----- A Câmara tomou conhecimento da informação técnica suprarreferenciada, mas deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do munícipe, arcando com a despesa reclamada restituindo-lhe a quantia já paga referente a taxas municipais de licenciamento urbanístico (entrega de projeto e demolição de construção) respeitante à reconstrução de um armazém agrícola com cinquenta metros quadrados, sito na rua dos frades na vila de Mogadouro, por considerar que os danos na construção existente resultaram das obras de alargamento da rua em causa levadas a efeito pela

Reunião de 08 de janeiro de 2019

Autarquia há uns anos, dos quais nunca havia assumido quaisquer responsabilidades. -----

----- **PAGAMENTOS:** - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia vinte e sete e vinte e oito de dezembro de dois mil e oito na importância de cento e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e trinta e cinco centavos (€166.564,35) e no dia oito de janeiro de dois mil e dezanove na importância de cento e trinta e três euros e dezoito centavos (€133,18). -----

----- **ENCERRAMENTO:** - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente encerrado a reunião pelas dez horas, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu *António Luís Moreira*, António Luís Moreira, técnico superior jurista da Divisão Administrativa e Financeira, coadjuvado pela coordenadora técnica, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, redigi e subscrevi: -----

António Luís Moreira